

Pedro Paulo Funari

ARQUEOLOGIA

EDITORA
CONTEXT0

Copyright © 2003 Pedro Paulo Funari

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA CONTEXTO (Editora Pinsky Ltda.)

Coordenação editorial: Carla Bassanezi Pinsky
Projeto gráfico e diagramação: Denis Fracalossi
Revisão: Luciana Salgado
Capa: Antonio Kehl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Funari, Pedro Paulo.
Arqueologia / Pedro Paulo Funari. – São Paulo : Contexto, 2003.

Bibliografia
ISBN 85-7244-251-0

1. Arqueologia 2. Arqueologia – História I. Título

03-5995

CDD-930.109

Índice para catálogo sistemático:
1. Arqueologia : História 930.109

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: Jaime Pinsky
Rua Acopiara, 199 – Alto da Lapa
05083-110 – São Paulo – SP
FAX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

2003

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.



SUMÁRIO

Introdução	9
1. O que é arqueologia?	13
2. Como pensa o arqueólogo	29
3. Como atua o arqueólogo	55
4. Formas de pesquisa	63
5. A arqueologia e as outras áreas do conhecimento	85
6. Arqueologia e poder	99
7. Ser arqueólogo no Brasil	109
8. Questões profissionais	113
Sugestões de leitura, filmes, sites e cds	119

CAPÍTULO
2

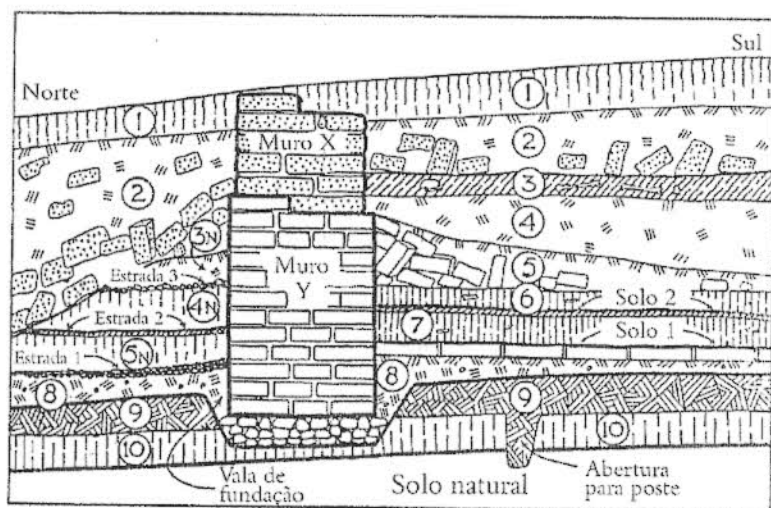
COMO PENSA O ARQUEÓLOGO: DO ARTEFATO À SOCIEDADE

Uma das condições mais comuns de trabalho do arqueólogo é a escavação. Costuma-se, antes de propor uma escavação, encontrar informações em documentos, em testemunhos orais, fotos e pinturas sobre possíveis ocupações antigas e, em seguida, faz-se um reconhecimento do terreno, por meio de uma prospecção. A prospecção é também chamada de levantamento ou *survey*, termo inglês.

Identificados vestígios na superfície, determina-se uma área a ser escavada (o leitor encontrará mais informações sobre isso adiante, ao tratarmos das sondagens). Hoje em dia, na escavação, costumam atuar arqueólogos profissionais, voluntários aprendizes e, às vezes, operários para o trabalho mais pesado e inicial de retirada da vegetação. Usam-se pás, picaretas, colher-de-pedreiro, pincéis, mas também baldes, peneiras, cordas, fitas métricas, papel para anotações e desenhos, câmaras fotográficas entre outros equipamentos.

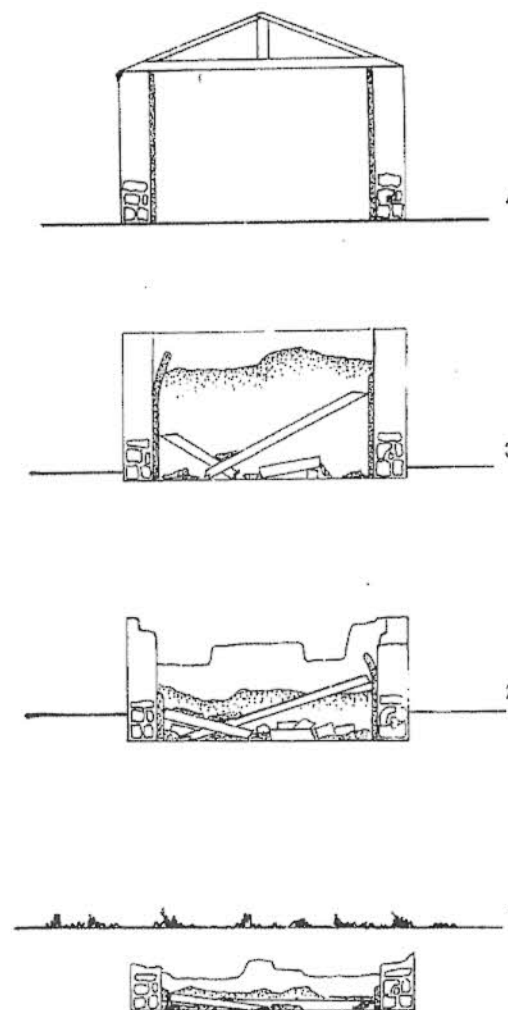
O estrato arqueológico é a unidade básica do seu trabalho. Cada estrato representa uma ação humana, como um aterro, a fundação de um muro (veja figura na página seguinte). O arqueólogo define os estratos, com certa dose de subjetividade, mas sempre baseado no que se encontra no solo. Assim, cada estrato pode ser delimitado pela sua composição material particular e corresponde à determinada atividade humana, realizada pelos usuários originais desse espaço físico, ou a uma ação natural (depósitos de aluvião, inundações etc.).

O arqueólogo deve registrar os artefatos encontrados, por meio de desenhos, de modo que se possa saber a sua exata localização. Para isso, é necessário desenhar seções estratigráficas e planos horizontais. As seções correspondem à profundidade em que os artefatos foram encontrados e os planos, à sua distribuição espacial.



Exemplo de seção estratigráfica, com a definição das várias camadas superpostas ao longo do tempo. (Fonte: Guidi, 1999)

Assim, a transposição desses estratos para seções estratigráficas verticais e planos horizontais permite ao escavador, terminado o trabalho de campo que consiste propriamente em anotar o que se encontrou na escavação, reconstituir o estado do material no momento da descoberta. Suponhamos que se trate dos restos de uma casa, apresentando duas bases de muros em pedra e, no seu interior, grande quantidade de argila, reboco e cerâmica, conforme a imagem:



Ainda que se trate de um exemplo por demais simples para corresponder aos problemas reais derivados de situações concretas, permite constatar que o objeto direto de observação do arqueólogo não é senão um vestígio, um destroço diminuto e material do contexto cultural. Por meio da leitura do registro arqueológico (ou seja dos vestígios que o arqueólogo encontrou e

procurou reproduzir num desenho esquemático), deve-se chegar à reconstrução das atividades e ações que levaram ao estado atual do material encontrado. No caso exposto, o arqueólogo deve tomar por base o depósito arqueológico encontrado, tal como representado na figura 1, reconstruir as etapas de formação desse depósito (figuras 2 e 3), para chegar a uma reconstituição de ambiente do local de atividades socialmente significativo (figura 4).

A reconstituição proposta pelo arqueólogo é sempre subjetiva (ou seja, depende em boa parte de sua imaginação, incrementada com outros estudos e muito conhecimento sobre o povo e a época estudada; além de noções de arquitetura, por exemplo), pois os dados encontrados e anotados devem ser interpretados pelo escavador e diferentes estudiosos podem chegar a propor interpretações diversas. Qual a altura da parede original da casa? Com base em certos indícios, uns podem propor determinada altura, outros proporão outra, baseando-se em variadas hipóteses. Se não possuímos a parede preservada até o teto, como é o caso normalmente, sempre é necessário conjecturar a respeito.

A arqueologia nada mais é que uma leitura, ainda que um tipo particular de leitura, na medida em que “o texto” sobre o qual se debruça não é composto de palavras, mas de objetos concretos, em geral mutilados e deslocados do seu local de utilização original. É impossível ignorar a subjetividade do trabalho arqueológico. Por outro lado (em função da “busca da verdade”), há uma crescente preocupação com a interdisciplinaridade, em especial, no que se refere à ajuda proporcionada por outras disciplinas que lidam com “leitura” e “interpretação”, em particular, com aquelas que se voltam para os objetos também, como é o caso da semiótica, disciplina preocupada com os princípios teóricos da comunicação.

Há outras formas de leituras das imagens que podem ser, também, úteis para o arqueólogo, como é o caso da psicanálise, em aparência, tão distante da arqueologia. Espadas, por exemplo, têm sido interpretadas como símbolos fálicos (pênis ereto), uma influência direta da teoria de Freud na análise de um artefato.

OS ARTEFATOS, INDICATIVOS E MEDIADORES

Como pode o arqueólogo “escavar, não coisas, mas pessoas” (como propunha Wheeler)? Para compreender como isso é possível, é necessário entender que o objeto de estudo do arqueólogo, enquanto “matéria assimilada às necessidades humanas, graças a uma mudança de forma”, é sempre indicativo das relações sociais nas quais foi produzido e apropriado. São indicativos no sentido de “indicadores” e “indutores” de relações sociais: uma caneta “indica” o seu uso (para escrever), sua forma de produção (produto industrial), assim como “induz” o usuário a usá-la para a escrita.

Sendo indicadores dessas relações, os restos materiais exigem, para que a proposta de Wheeler se concretize, uma leitura específica, arqueológica, das coisas, que não devem ser tomadas como dados — “fatos” ou informações em estado bruto — mas como algo a ser interpretado pelo arqueólogo. A possibilidade de interpretação desses indícios explica-se pelo fato de os artefatos serem produto do trabalho humano e, portanto, apresentarem necessariamente duas facetas: terem uma função primária (uma utilidade prática) e funções secundárias (simbólicas).

Uma taça de ouro, por exemplo, indica, pela forma, sua função básica de recipiente para beber e, pelo material caro de que é feita, uma determinada riqueza do proprietário. Um grande recipiente cerâmico indica, a um só tempo, sua função de vaso destinado a alimentos e, de certo modo, coletivo, de consumo alimentar. Nada disso está explícito, mas quem conhece o vaso saberá — ou deduzirá — isso tudo.

O artefato, por outro lado, não é apenas um indicador de relações sociais, mas, enquanto parte da cultura material, atua como direcionador e mediador das atividades humanas. Seguramos uma taça de vinho pela haste e uma xícara pela alça, direcionados, por assim dizer, pela forma da taça e da xícara. No seu significado humano, o objeto apresenta-se como o “meio de relação” entre os indivíduos que vivem em sociedade, como forma peculiar de interação, pois todo o relacionamento das pessoas com o mundo em que vivem passa pelos artefatos.

O arqueólogo trabalha diretamente com a cultura material. Essa diferença essencial da arqueologia em relação a outras ciências humanas, que possuem uma prática de ação sobre a esfera ideológica, acarreta uma postura diversa do arqueólogo perante seu próprio objeto de estudo. Esse não é uma representação ideológica das relações sociais, como é o documento escrito para a história, o relato etnográfico para a antropologia, a pesquisa de opinião para a sociologia, o discurso para a lingüística. Utilizando-se da paradoxal expressão do filósofo e político italiano Antonio Gramsci, o arqueólogo estuda “a sociedade das coisas” (*societas rerum*). Daí decorre que a prática do seu estudo envolve esforço físico — suor mesmo — da sua parte, que o aproxima da própria esfera material que ele analisa. Em outras palavras, o arqueólogo “põe a mão na massa”.

Os próprios obstáculos materiais, interpostos entre o pesquisador e seu objeto são um aspecto do próprio objeto e, portanto, igualmente meios de informação. A distância entre a ocupação de um sítio arqueológico por algum povo, a dificuldade mesma de se encontrar vestígios de uma ocupação, a consistência (“dureza da terra”) de um determinado estrato arqueológico, o tamanho dos artefatos encontrados, seu peso, espessura, textura, capacidade, facilidade no transporte (pela presença de alças e pés, por exemplo) são todos dados importantes a serem registrados e explicados ao público.

O esforço de pesquisa reintegra o arqueólogo no mundo material, aproxima-o da dureza da vida de trabalho das pessoas que habitaram aquele local e se reflete na formação do registro arqueológico. A dificuldade de realização do trabalho agrícola antigo pode

ser percebida nos restos de canalização artificial da água, assim como a dificuldade do trabalho industrial do operário está presente nos vestígios de uma fábrica da época da Revolução Industrial. Além disso, o contato do arqueólogo com o universo físico que estuda dá-se não apenas no momento da escavação e do resgate de objetos (muitas vezes em regiões inóspitas, sujeitas aos caprichos do clima), mas também no processamento do material, seja no laboratório, seja no trabalho de gabinete.

Assim, a atividade arqueológica envolve um dispêndio de energias — que por vezes desanima os voluntários oriundos das outras ciências sociais acostumados com a aparente imediatidade e facilidade de acesso de suas fontes de informação e à leitura de documentos escritos que se referem às idéias das pessoas. Esse desânimo não é fortuito, é o sinal de uma certa acomodação.

Em certo sentido pode-se dizer que esse desânimo revela uma concepção de cultura, restrita à esfera ideológica, que se aproxima da visão aristocrática predominante nos pensadores antigos. Para o orador romano Cícero, por exemplo, “a cultura da razão”, o desenvolvimento das capacidades mentais, o trabalho intelectual, é uma inclinação natural do homem livre, à diferença dos escravos e das classes baixas, cujo destino é o trabalho, “a cultura dos solos”. No entanto, como já foi dito, não há oposição entre cultura material e imaterial; ambas são produtos do trabalho humano socialmente determinado, duas faces de uma mesma moeda: a cultura. O esforço do arqueólogo traz consigo, além do suor, a possibilidade de apoderar-se da história real “indo em busca do cansaço e da exploração”.

AS ETAPAS CONCRETAS DO TRABALHO ARQUEOLÓGICO

Pode-se dividir em quatro fases o trabalho do arqueólogo: (1) etapa de campo; (2) processamento em laboratório; (3) estudo; e (4) publicação. Na verdade, antes de ir a campo para a realização da prospeção inicial, o arqueólogo já tem em mente certos objetivos. Esses podem se resumir à obtenção de novos artefatos de uma

cultura extinta que se supõe ter habitado aquela região. Ou podem envolver preocupações, não apenas com a recuperação de restos materiais, como também com a reconstituição do funcionamento e das transformações de uma determinada comunidade.

Após uma prospeção inicial da região (de superfície, aérea etc.), escolhe-se um local, sítio, a ser escavado, de acordo com os objetivos propostos. A escavação envolve, em geral, o trabalho com estratos do solo, estruturas (muros, construções etc.) e artefatos móveis; tudo o que é encontrado é registrado e descrito nas fichas de campo. Depois é feita uma seleção do material a ser transportado do local para o laboratório, sendo o restante geralmente descartado. As ruínas, como restos de muros, permanecem, no geral, no próprio lugar. Os objetos selecionados devem ser colocados em sacos identificáveis por estratos (ou seja, classificados de acordo com o nível da terra onde foram localizados originalmente) para que possa ser feita, após a lavagem de cada peça, uma numeração individual segundo sua origem. Faz-se um cadastramento do material, utilizando-se de fi-



O trabalho de campo envolve esforço físico e muito suor. Em outras palavras, o arqueólogo “põe a mão na massa”.

chas padronizadas nas quais se escrevem os dados contextuais (estrato, posição em relação às outras peças), físicos (cor, dimensões etc.) e bibliográficos (referência a tipologias, por exemplo).

O estudo do material implica, em geral, a comparação dos registros do sítio escavado com os registros provenientes de outros sítios da mesma região ou cultura. Além disso, o estudo pode envolver a utilização de técnicas específicas de análise, em particular visando à delimitação de áreas de atividade (locais em que o grupo ou povo estudado preparava seus alimentos, construía seus abrigos, lixos etc.). O estudo do material pode, ainda, incluir uma série de procedimentos analíticos, dependendo dos objetivos propostos e das técnicas utilizadas (como por exemplo datação e identificação da composição). A última etapa consiste na publicação, que deve conter um catálogo de artefatos, plantas e cortes estratigráficos, assim como uma descrição geral da escavação. Dependendo dos objetivos, o relato de escavação de um sítio pode ser condensado em algumas páginas, sendo esse o caso mais comum, e publicado em um periódico, em geral em revistas da própria instituição patrocinadora da escavação. Este é o caso, por exemplo, da *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*.

Quando, além do relato de escavação, se decide publicar um estudo detalhado do sítio escavado, costuma-se editar os resultados em volumes isolados, em geral encarregando-se o diretor da escavação de organizar a obra, cabendo aos especialistas a redação de cada capítulo. Esse caso é muito comum em escavações cujos objetivos transcendem a mera coleta de material inédito, centrando-se na reconstrução de um sistema social. A escavação de uma única fazenda romana, por exemplo, que envolveu vários pesquisadores, tendo em vista a reconstrução do seu funcionamento e das suas transformações no decorrer do tempo, levou à publicação do seu relato em três volumes. Isso demonstra, uma vez mais, que os objetivos da pesquisa se encontram na base do trabalho arqueológico, desde a escolha do seu objeto de estudo, passando pela execução de um projeto, até a publicação dos resultados do estudo efetuado.

■ A CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA EM AÇÃO

A arqueologia utiliza a classificação dos artefatos por meio de tipologias. Tipologia é a ordenação de um conjunto de artefatos com base na confrontação sistemática dos seus atributos intrínsecos, como matéria-prima e forma, e extrínsecos, como o contexto arqueológico em que foi achado. Em outras palavras, a tipologia classifica os artefatos por semelhanças e diferenças com relação a outros e serve para auxiliar o arqueólogo na obtenção de informações baseando-se na análise da distribuição dos artefatos nos diversos lugares e de suas mudanças com o decorrer do tempo.

A tipologia pode, por exemplo, fundamentar-se em critérios funcionais (classificar os artefatos de acordo com o seu uso: para beber, para comer, para armazenar etc.), ou em critérios morfológicos (classificar pelo tipo de forma externa) ou ainda na composição material (análise da matéria-prima de que são feitos). Um mesmo conjunto de objetos pode ser agrupado de diversas maneiras, pois a escolha da tipologia varia dependendo dos objetivos dos pesquisadores.

Um conjunto de objetos de cozinha, por exemplo, permite uma multiplicidade de tipologias derivadas de apenas três variáveis — função, forma e matéria-prima — e aplicadas a somente seis categorias de objetos: pratos, panelas, copos, jarras, canecas de cerveja e xícaras. Segundo o critério funcional, teríamos quatro tipos: artefatos destinados (1) ao preparo de alimentos (panelas); (2) ao consumo de líquidos (copos, xícaras, canecas de cerveja); (3) ao armazenamento de líquidos (jarras) e (4) ao consumo de comida (pratos).

Em termos morfológicos, poderíamos dividir essas categorias em duas formas básicas: (1) abertas (pratos, panelas, copos, canecas de cerveja, xícaras) e (2) com gargalo (jarras), ou poderíamos diferenciar (1) os objetos com alças/cabo (panelas, xícaras, canecas de cerveja, jarras) e (2) aqueles que não as têm (copos, pratos), ou ainda adotar inúmeros outros critérios. Por fim, uma classificação baseada na matéria-prima oporia os objetos: (1) de metal (panelas, canecas de cerveja); (2) de cerâmica (pratos, xícaras) e (3) de vidro (copos, jarras).